

A Psicologia Política na Encruzilhada Humana

Policy Psychology at the Human Crossroads

La Psicología Política en la Encrucijada Humana

Jorge Alberto Machado

machado@usp.br

Doutor em Sociologia pela Universidad de Granada, Granada, AN, Espanha, e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Obra: Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar

Autores: Marco Antonio Bettine de Almeida; Alessandro Soares da Silva; Felipe Corrêa. (Orgs.)

São Paulo: EACH, 2012.

247 páginas.

ISBN: 978-85-64842-02-1.

(E-book) Link para download (site da EACH/USP):

<http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf>

Psicologia Política é uma encruzilhada de campos de conhecimento, um dos seus aspectos centrais é a interdisciplinaridade, que a permite tratar de forma multifacetária diferentes objetos das ciências humanas. Essa é a perspectiva dos organizadores do livro “Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar”, os professores Alessandro Soares da Silva, Marco Antonio Bettine de Almeida e Felipe Corrêa. O livro reúne a produção intelectual do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo. Seu foco é o comportamento político e seus desdobramentos no âmbito dos movimentos sociais e das ações coletivas, das políticas públicas e das sociedades multiculturais.

Resenha

A proposta do livro é ousada: demonstrar, através de produção de um grupo de pesquisa e que envolve profissionais de diferentes formações, a capacidade de um campo científico largo, de difícil definição, de explicar, analisar e, por vezes, atribuir novos significados a um conjunto diverso de fenômenos políticos, culturais e sociais.

O leitor atento, provocado pelo objetivo do livro, pode colocar sua proposta à prova ao tentar compreender essa encruzilhada promovida pela Psicologia Política. Trata-se de uma intersecção semelhante a que as Ciências Sociais propõem, mas com um escopo mais amplo. Na prática, a psicologia e a política, tomadas isoladamente, são campos em si já bastante ricos, passíveis de múltiplos olhares. Ambos possuem fortes laços com a Sociologia, a Antropologia e o Direito. Esse é justamente o desafio da Psicologia Política: apresentar-se como um campo que incorpore, ao mesmo tempo, as dimensões social, política, psicológica com todas suas inevitáveis intersecções para se compreender a realidade social contemporânea.

Sabe-se que qualquer objeto de estudo, para uma compreensão mais ampla, demanda uma perspectiva multidisciplinar. Esse é o desafio da ciência em geral, que desde o iluminismo e especialmente pela influência do modelo de organização social e desenvolvimento econômico capitalista, enveredou-se para uma contínua especialização e mercantilização. E assim construiu um discurso e uma racionalidade “própria” de atribuição de significados à realidade, que pouco vai além da reprodução social. Assim nos contentamos com uma ciência modesta em criticidade, “especializada” e compartimentada. Leituras parciais e particulares podem levar a explicações interessantes, mas nunca deixarão de ser parciais e particularistas. Esse desenvolvimento se deu às custas do sacrifício de uma visão mais holística, ao custo da perda do caráter multifacetado do conhecimento, da multiplicidade dos significados e principalmente da criticidade. Em vez disso predomina uma ciência que obra em prol de um saber opaco, descritivo, “tecnicista” e frequentemente utilitarista. É como se tivéssemos esquecido que tanto na natureza como na vida social tudo está integrado.

O que significa, por exemplo, estudar os movimentos sociais, sem perceber suas dimensões identitária, política, social, econômica e as subjetividades envolvidas? Como falar de meio-ambiente, ignorando o jogo dos interesses econômicos, políticos, as relações de poder, as variáveis culturais e psicológicas e as diferentes visões de mundo envolvidas por trás dos discursos e ideologias legitimantes?

Qualquer escolha baseada nos compartimentos estanques da ciência resulta numa perda de substância. A “neutralidade científica” serve assim a um público disciplinado, a uma sociedade disciplinada e um desenvolvimento social e político razoavelmente controlado, produzindo e reproduzindo instituições sociais que legitimam formas de dominação que servem a um grupo reduzido da população. Muito longe, portanto, de proporcionar bem-estar, felicidade, dignidade, afetividades e formas de conhecimento que gerem mais consciência, ética, responsabilidades individuais e coletivas e que tenham quaisquer significados emancipatórios. Para fazer uma ciência possa transformar a sociedade é necessário transpor as barreiras existentes e uma das principais envolve a capacidade de manter a dialogicidade entre as “diferentes ciências” em vias de se garantir uma maior pluralidade de significados para fenômenos bastante específicos e buscar respostas mais consistentes para eventos e processos mais complexos.

Quando uma ciência se propõe a esse desafio, ela se sujeita a críticas dos “olhos parciais”, dos “especialistas da área” e dos paradigmas vigentes. Mais confortável deixar como está. É como se vivêssemos em Xangri-Lá, vislumbrando futuro isento de riscos, mentiras e

hipocrisias (BECK, 1992). A psicologia política, ao lado de outras ciências interdisciplinares, propõe contribuir para a construção uma ciência multi- e transdisciplinar. Esse é o desafio que está posto a frente dos setores mais progressistas das ciências, avessos às supostas fronteiras formais, conceituais ou mesmo imaginárias – em realidade, com suas bases cimentadas sobre relações de poder e de interesse. É esse espírito que permeia o livro, cujas abordagens teóricas, conceituais e visões práticas transpiram elementos emancipatórios e por vezes, “subversivos”.

Os organizadores vêem o campo da Psicologia Política como “uma encruzilhada de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como um de seus aspectos centrais e debruçando-se sobre distintos objetos tais como: preconceito social; diferentes formas de racismo, xenofobia e homofobia; ações coletivas e movimentos sociais; intersubjetividade e participação; socialização política e saúde pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas”. A organização dos textos coube ao Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM), dedicado à investigação do campo comportamento político e seus desdobramentos no âmbito dos movimentos sociais e das ações coletivas, das políticas públicas e das sociedades multiculturais.

Em continuidade à apresentação do livro, o primeiro artigo, “A Psicologia Política: um Breve Olhar sobre as Américas”, de Leandro Rosa e Alessandro Soares da Silva, faz uma descrição do desenvolvimento da psicologia no continente e promove uma reflexão sobre o escopo da psicologia política e a riqueza de suas abordagens. Na sequência, a obra se subdivide em três blocos: “Poder, Loucura e Prisões”, “Saúde Pública e Esporte”, “Democracia e Direitos Humanos”.

O primeiro conta com três artigos que têm em comum a abordagem foucaultiana das relações de poder. Este bloco, intitulado “Poder, Loucura e Prisões” é aberto com o ensaio “Três Hipóteses da Teoria do Poder em Foucault”. Nele, com base em artigos e entrevistas de Foucault, Felipe Corrêa Pedro busca responder sobre o significado do poder, como este se constitui e como se dão suas relações. Para desenvolver sua análise, o autor considera uma divisão da estrutura sistêmica da sociedade em três esferas fundamentais: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica. Ele conclui que o poder está transversalmente em todos os “corpos sociais”, podendo ser visto em todas as relações de força, onde há não somente um poder, mas um contrapoder, uma forma de resistência a ele, sendo seu exercício inerente às relações sociais. Em continuidade, tem-se as contribuições de Débora de Brito e Marco Almeida Bettine, “Os saberes, Os crimes e a Loucura: Um Enfoque da Psicologia Política” e “Análise de um Presídio Brasileiro: Uma Abordagem da Psicologia Política”, também de autoria de Almeida, em parceria com Gustavo Gutierrez. Ambos textos se apoiam nas concepções de normalidade e poder de Foucault para fazerem robustas leituras contemporâneas sobre o contextos específicos, conduzindo o leitor à desconstrução de práticas sociais segregacionistas que se escondem por trás de discursos legitimantes.

O bloco seguinte, “Saúde Pública e Esporte”, abre com “Para uma Teoria da Ação Comunicativa”, de Almeida e Gutierrez. Como sugere o título, o texto explora de forma bastante didática e sem abrir mão da riqueza analítica os conceitos de Habermas sobre ação comunicativa, expondo também seus os pressupostos teóricos e metodológicos por trás da teoria do cientista social alemão. No texto a seguir, “A Promoção da Saúde: um Enfoque Psicopolítico”, Almeida e seus orientandos expõem algumas experiências de políticas públicas no campo de saúde, tendo como foco uma abordagem interdisciplinar onde se discute

cidadania, qualidade de vida e participação social. O bloco se completa com “Aspectos Contemporâneos do Esporte: o Sujeito e a Racionalização”, com uma reflexão sobre o esporte à luz das Ciências Humanas. Os autores demonstram que o surgimento da ciência do esporte, passa pela percepção de sua relevância em relação a realidade social, às lutas simbólicas, aos elementos racionalizadores e modernizadores da sociedade, à cultura e à própria globalização. Nas palavras dos autores, tais elementos fazem que o esporte se constitua um “verdadeiro simulacro da realidade”.

Por fim, o bloco “Democracia e Direitos Humanos” trata de temas complexos e permeados de olhares contraditórios, como participação social, emancipação política, ação afirmativa e o exercício de direitos civis. Os autores não se limitam as visões conservadoras e tradicionais de democracia, como as de Shumpeter e Dahl, buscando em comum apontar os caminhos da emancipação política e do empoderamento da ação coletiva. O primeiro texto, “A Democracia e os Desafios da Participação Política”, de autoria de Guilherme Borges da Costa e Alessandro Soares da Silva, é dedicado a uma reflexão sobre os modelos teóricos de democracia, fazendo especial referência a Boaventura, Tilly, Poulantzas e Macpherson, adentrando nos debates contemporâneos acerca do significado político e social da participação para apontar perspectivas emancipação social que passem pela dialogicidade entre os atores políticos. Tendo como pano de fundo a reflexão sobre as transformações da modernidade, identificadas principalmente por Habermas e Bauman, em “A Intersubjetividade como Possibilidade de Emancipação” Dennis de Oliveira e Eliete Edwiges Barbosa tratam da emancipação na perspectiva da construção de “novas subjetividades” através de redes de comunicações, responsáveis pela atribuição de novos significados nas relações sociais e na ação política. O bloco é fechado com “Trajetória das Políticas de Ação Afirmativa no Cenário Brasileiro”, de autoria de Ana Rita dos Santos Ferreira e Andréa Viude. As autoras retomam a perspectiva histórica das políticas de ação afirmativa, discutem o conceito de “igualdade”, apontam para os problemas e desafios a sua implementação e concluem ressaltando a importância do “reconhecimento da diferença” – o que nos remete a Taylor, 1998 –, e a superação da pretensa “igualdade” e “ordem natural” existentes em nossa sociedade.

O livro inicia, portanto, tratando de apresentar o campo interdisciplinar da psicologia política, apresenta nos dois blocos intermediários perspectivas teóricas e análises multifacetárias sob diferentes objetos de estudos, para depois apontar, no último bloco, visões emancipatórias sobre um temas caros para o aprofundamento da democracia, como participação social, políticas que promovam a igualdade, diversidade e a emancipação política. Esta obra de muitos autores, rica de abordagens e significados, demonstra com maturidade a vocação interdisciplinar da psicologia política. Coloca em relevo um campo moderno de investigação, que vai bem além dos limites da ciência sociais – hoje desmembrada em compartimentos estanques – que busca agregar um amplo leque de saberes e abordagens para dar melhores explicações às subjetividades e fenômenos sociais contemporâneos. Obviamente que essa conexão não é fácil de ser obtida. Mas, conforme a proposta do livro – explícita em seu título –, isso só pode ser alcançado através dos “debates e dos embates” de um campo aberto à interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauman, Zygmunt. (2000). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beck, Ulrich. (1992). *Risk Society, Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- Dahl, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp. 1997.
- Dahl, Robert. (1985). *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.
- Habermas, Jürgen. (2003). *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (1987). *Teoria de la acción comunicativa* (2 vol.). Madri: Taurus.
- Macpherson, Crawford B. (1977). *The Life and Time os Liberal Democracy*. Oxford. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Santos, Boaventura de Souza., & Avritzer, Leonardo. (2005). “Para ampliar o cânone democrático”. In. Boaventura de Souza Santos, Leonardo Avritzer. *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schumpeter, Joseph A. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Taylor, Charles. (1998). A política de reconhecimento. Em Charles Taylor. (Org.). *Multiculturalismo*. São Paulo: Loyola.

• Recebido em 19/05/2012.

• Aceito em 23/07/2012.